

Yves Mény

**Democracias
Imperfeitas**

**Frustrações populares e
vagas populistas**



Imprensa
de Ciências
Sociais

Índice

Introdução	11
Capítulo 1	
Da euforia ao desencantamento democrático	21
A euforia democrática e as suas desilusões	22
Do protesto mediatizado à raiva individual	38
Capítulo 2	
A democracia: uma <i>bricolage</i> a longo prazo	43
O Sísifo democrático	47
O <i>melting-pot</i> da democracia	52
Completar a democracia política	59
Capítulo 3	
O povo – ou como se desembaraçar dele?	67
A nação mais do que o povo	74
O povo na gaveta	80
Resistências	86
Capítulo 4	
A tecnocracia: auxiliar democrático ou bode expiatório do «povo»?	93
A legitimação dos <i>experts</i>	94
Anos 1980: a tecnocracia sem fronteiras	99
Da governação à governança	106
Os <i>experts</i> , bodes expiatórios da crise	116
Capítulo 5	
Liberalismo, iliberalismo: ambiguidades fecundas?	123
O liberalismo contra a democracia	126
A penetração dos valores liberais	129

Liberalismo e democracia: um bem estranho casamento	130
O liberalismo institucional: moderar as paixões maioritárias	139
Capítulo 6	
A explosão populista	151
Exasperação e frustrações: na origem do populismo	153
As ambiguidades do populismo	157
Porquê a explosão?	161
Capítulo 7	
Radicalizações direitistas	175
Guerra das palavras e das ideias	176
Populismo e extrema-direita	180
A oferta radicalizada e direitista	186
A raposa no galinheiro	194
Conclusão	197
Bibliografia	205

Introdução

Ao longo da história, acontecimentos que se apresentam fluidos, dispersos, estilhaçados ou difíceis de ler de repente agregam-se, ganham força dando aos historiadores – mais do que aos observadores diretos – a possibilidade de aí verem uma viragem, um corte, uma rutura: 1648 e o Tratado de Vestefália; 1776 e 1789, as revoluções norte-americana e francesa; 1848, as revoluções sociais na Europa; 1917-1919, as revoluções bolcheviques; os anos 1930 e a queda das democracias em proveito dos totalitarismos; 1945 e o triunfo dos Estados Unidos e da URSS; 1989, a queda do muro de Berlim e o desmoronar do império soviético entendidos como «o fim da História».

Os norte-americanos utilizam um termo que lhes permite sintetizar esta solidificação das coisas e esse tempo em que tudo se altera. Eles falam em *momento*, e fazem-no nomeadamente em relação àquele que se constitui como o ato fundador dos Estados Unidos e que podemos escolher qualificar como um milagre ou um golpe de Estado: o *Philadelphia moment*. É ao violarem o mandato imperativo que lhes tinha sido confiado que os *Founding Fathers* dão origem não só à Federação mas também àquele que se tornará, muitos anos depois, o modelo democrático de referência. Seremos nós, nos dias de hoje, espectadores ainda inconscientes de uma rutura dessa envergadura? A rutura desencadeada pelo capitalismo globalizado no seio dos sistemas democráticos, que permitiu o seu nascimento e favoreceu o seu desenvolvimento, e que, como meros aprendizes de feiticeiros, deixaram que a chama lhes fosse roubada.

A primeira globalização, a dos anos 1880-1914, abalou a principal democracia do mundo mas fê-lo em nome de valores democráticos mais ambiciosos ou mais utópicos. O People's Party

(o primeiro movimento populista da história) tinha como missão reformar uma democracia qualificada como injusta, desigual e corrompida. Mas esse movimento nascido nos Estados Unidos – sem esquecer mobilizações de carácter antirrepublicano, autoritário e reacionário ocorridas sob a égide do general Boulanger, em França – não se espalhou como uma mancha de óleo. Foi necessário chegar a 1917 para que o povo se adentrasse pelo palco político num quadro completamente diferente, provocando a queda dos impérios autoritários por causa do prolongar da guerra e da derrota que se apresentava iminente.

A globalização que vivemos atualmente não é menos interessante no que a revoluções diz respeito, sejam elas tecnológicas, económicas, financeiras ou sociais, e tão poderosas que os sistemas políticos não podem deixar de ser afetados. Desde há um quarto de século, as democracias giram no vazio e isso numa altura em que se pensava que estas seriam insubstituíveis, que não teriam competição à altura. Paradoxalmente, a ausência de uma alternativa credível tornou-se no seu calcanhar-de-aquiles. Como aparentemente elas já não estavam sob ameaça, as suas taras e as suas fraquezas congénitas surgiram à vista de todos; tanto mais que, no seguimento desse processo, triunfava completamente isolado o *compagnon de route* do regime democrático: o mercado. A política e a democracia tiveram de se submeter a esse parceiro ainda mais poderoso pelo facto de o terem libertado da sua gaiola estatal e nacional. Pode-se, desde Maquiavel e Hobbes ou posteriormente Max Weber, reconhecer ao Estado o monopólio legítimo da violência no interior das suas fronteiras, mas o rei vai nu quando as forças económicas já não são de sítio nenhum e certos Estados promovem sem pestanejar a «liberdade de ter raposa no galinheiro»,¹ seja por conveniência económica e geopolítica (os campeões nacionais), ou seja porque certos Estados encontram aí a sua razão de ser ou de sobrevivência (Estados-pária, paraísos fiscais). Um primeiro alicerce dos sistemas democráticos (ou não) desaba quando o mercado global vence o estado-nação territorializado.

Um segundo abalo afeta apenas as democracias – que assentam todas, embora em graus variáveis, sobre sistemas de representação

¹ Para uma análise da transformação da democracia sob a influência do mercado, ver o estudo de carácter sociológico de Colin Crouch, *Post-Democracy* (Cambridge: Polity, 2004 [trad. fr. *Post-Démocratie* (Zurique: Diaphanes, 2013)]).

e de mediação. Entre o topo e a base, um vasto conjunto de regras e de instituições permite a comunicação, a troca, a tomada de decisão e o controlo. Alguns princípios estruturam o todo: o princípio de seleção das elites a todos os níveis, políticos ou não; a delegação de poderes em mandatários (*agent*); o exercício do poder sob o olhar e a vigilância dos mandantes (*principal*), em princípio detentores da autoridade legítima. O conjunto destas relações é ordenado por organizações coletivas que servem de correias de transmissão, de instrumentos de proposta, de organização e, posteriormente, de governo em caso de vitória eleitoral: os partidos ou movimentos políticos. Por razões que serão analisadas mais adiante, os partidos e outros corpos intermediários tradicionais, pilares dos sistemas democráticos contemporâneos, desmoronaram-se por todo o mundo ou encontram-se num estado lamentável. A sua mera sobrevivência deve-se sobretudo a artifícios jurídicos e financeiros que lhes concedem um adiamento, apesar da sua quase morte clínica. Há trinta anos podia-se doutamente falar do *two-party system* na Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos, do *parteienstat* na Alemanha ou da *partitocrazia* na Itália. Todos estes termos se tornaram obsoletos com o declínio e o estado evanescente dos partidos tradicionais. Também se assistiu à dupla crise do Estado nacional e da democracia nos países onde esta existe em proveito do mercado.

Mas não foi só isso. Nos países ocidentais, o lugar do indivíduo é central. Ele justifica a existência de direitos individuais, civis, económicos e políticos, além da própria garantia do seu exercício. Se o indivíduo se manteve sempre no centro do sistema, fosse enquanto ator económico (o *homo oeconomicus*) ou político (o cidadão), tal não impediu o recurso a sistemas de mediação e de organização. Hoje em dia, graças às novas tecnologias, o indivíduo pode pensar que é o dono do universo, visto que em todos os aspetos da sua vida privada e pública ele não tem, ou já não tem, necessidade de nenhum tipo de intermediação. Graças à informática, ele tem acesso a todo o saber do mundo. Com a internet já não são precisos intermediários: agências de viagem, lojas físicas, burocratas de carne e osso, jornalistas, conselheiros ou representantes.² Todo esse mundo antigo sobrevive mas está em declínio, isto quando não é já a sombra de si mesmo.

² Giuliano Da Empoli, *La rabbia e l'algoritmo* (Veneza: Marsilio, 2017).